

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Elétrons em zigue-zague e neurônios alucinados	2
Título: Distribuidoras temem mudança de regras no gás de cozinha	4
Título: Importar GN é opção estudada pela Shell	8
Título: Petrobras disputará leilão de energia nova com gás natural	9
Título: Novos donos da TAG vão investir R\$ 1 bi em cinco anos	11
Título: ArcelorMittal traz ao Brasil a venda customizada	12
Título: Biosev encerrou 1º trimestre da safra com prejuízo menor	13
Título: Destaques	15
Título: Guedes vê avanços, mas diz não estar feliz com reforma da Previdência	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Petrobrás quer vender termoelétricas e, ao mesmo tempo, crescer em energia	18
Título: Não alimente o Leviatã	19
Título: Suplente do PSL nega irregularidades em reuniões no Paraguai	21
Título: » Todo gás.	22
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Petrobras quer vender 15 das 26 termelétricas	23
VEÍCULO: O Globo.....	25
Título: Para zerar o jogo	25

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/08/2019****Seção: Opinião****Autor: Edvaldo Santana****Título: Elétrons em zigue-zague e neurônios alucinados**

O setor elétrico está apreensivo, tenso. A tensão faz parte da rotina desde 2007. Sem alívio. O Operador Nacional do Sistema (ONS), no seu novo ciclo de planejamento de operação, denominado PEN 2019-2023, sinalizou que a severa escassez de água, desde 2012, pode definir um novo período hidrológico crítico, mais rigoroso que o anterior, de 1948 a 1955.

Para os menos atentos, o último período de chuvas, que este ano encerrou em maio, foi dos mais úmidos e longos. Ainda assim, os reservatórios mal chegaram a 47%. Como até novembro esse índice diminui para 20% ou 30%, será necessário muito mais chuva para que os reservatórios ultrapassem os 60% no fim de abril de 2020 - isto apesar do tímido crescimento do consumo.

Assim, não é desprezível a probabilidade de que sejam necessários mais 10 ou 15 anos para que os reservatórios alcancem novamente o nível pré-crise (87,8% em 2011, o maior desde o racionamento de 2001). A imprudência foi tamanha que, muito rapidamente, saímos do maior nível de armazenamento do histórico para 16% em 2015, mesmo com todo parque térmico e eólico à disposição. O significado disso é importante: a oferta de energia das hidrelétricas precisaria ser recalculada, obrigação que o governo cumpre de forma errada ou empurra com a barriga desde 2004.

A centralização é a explicação para o irracional uso dos recursos energéticos. A utilização dos reservatórios decorre de decisões orientadas por algoritmos matemáticos vulneráveis a excessivas intervenções, que possuem como premissas a manjada segurança energética e a desgastada aversão a riscos, também lidos como energia a qualquer custo. Foi a segurança energética, para evitar um racionamento em 2014, ano eleitoral, que esvaziou os reservatórios, deixando-os quase irrecuperáveis.

Se cada usina fosse responsável pelo uso dos seus respectivos reservatórios, não tenham dúvida, o cenário seria outro. Em 2013, diante das palpáveis perspectivas de aumento da escassez, as próprias hidrelétricas, para se protegerem da elevação dos custos, adotariam estratégias defensivas, para preservar seus reservatórios. Nestas circunstâncias, comprariam energia de outras fontes, construiriam ou incentivariam a construção de termelétricas, como acontece em qualquer parte do mundo.

Basta, para isso, que a ordem de acionamento do parque gerador seja definida pelas próprias usinas, que, em leilões no dia anterior, diriam o quanto têm e quanto valem suas disponibilidades no dia seguinte - day ahead. Tudo ficaria mais preciso e os riscos e custo seriam melhor alocados.

No dia 25 de julho, a Câmara de Comercialização organizou concorrido evento para discutir a formação do preço. Ótimas cabeças, sem grande ênfase ou convicção, mostraram temer eventuais aumentos de preços com a oferta constituída em leilões diários. Mas são insignificantes essas chances, dado que mais de 90% da energia são comercializados por contratos de longo prazo, e não no mercado spot. Atenção especial se deve ter com o poder de mercado. Há uma concentração no segmento de termelétricas, que teriam relevante participação no atendimento da demanda residual.

Consumidores foram obrigados a contratar mais do que precisam. Pagam pela falta e pela sobra, e pagam muito

Mas vejam que interessante: também em 25 de julho, o mesmo ONS, na definição do programa mensal de operação para agosto, destacou, de forma precisa, que, para todo ano de 2019, a energia contratada ultrapassa em mais de 14 mil MW médios a carga. É uma sobra cavalgar, que daria para suprir a região Sul por um ano, e ainda teria para 30% do Nordeste. É sobra equivalente ao consumo de meia Argentina. E deve ir até 2028, pois em 2023 o excedente ainda será de 9 mil MW médios. Se fosse jaca, uma fruta difícil de carregar e de guardar, o vendedor simplesmente reduziria seus preços para desovar o estoque ou eliminar o excedente.

Mas não é bem assim. No dia 26 de julho, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acionou a bandeira vermelha para agosto, que impõe um aumento imediato e não desprezível nas tarifas. A bandeira vermelha significa que o atendimento do total da carga requer o uso de usinas termelétricas, muito mais caras, dado que o produto, energia elétrica, ficou escasso.

Em outras palavras, no setor elétrico escassez e abundância se confundem, andam lado a lado. A energia é escassa, mas os consumidores foram obrigados a contratar muito mais do que precisam. Pagam pela falta e pela sobra, e pagam muito. Um autêntico, e infeliz, "zigue-zague de elétrons".

Em artigo (Colapso e explosão tarifária) de 3 de agosto de 2018, neste **Valor**, alertei para a baixa produtividade do setor elétrico, pois só eram utilizados 40% da capacidade instalada de geração. A situação real é bem pior. Além do que afirmei há um ano, a energia contratada nos festivos leilões é 20% maior do que a necessária, e essa sobra vai aumentar. Como a economia patina e o consumo

de energia anda de lado, o excedente de contratos se torna uma perturbação indigesta, como os bagos da jaca.

Por que isso acontece? Uma explicação estaria na duradoura recessão econômica, que, dada a balbúrdia e o ambiente de guerrilha, seguirá por mais um tempo. Mas o principal determinante são as compras centralizadas, em que o governo adquire, pelo preço que ele define e de projetos que ele prioriza, a energia que as distribuidoras vendem para os consumidores. Como não tem qualquer ônus pelos resultados, o governo compra o que não precisa e para quem não pediu.

O estranho é que o **Secretário de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia** idealizou que o leilão A6, previsto para outubro de 2019, será realizado mesmo que não tenha demanda e com metodologia, nota-se, que aumentará essa sobra. E há também Angra 3, que, caríssima, tem enormes chances de extrapolar essas sobras.

Nem os geradores queriam tanto. Sem terem culpa, vendem o que os consumidores não pediram e não precisam, e recebem por isto mesmo que não entreguem, como o caso recente descrito por Camila Maia no **Valor** de 26 de julho. A distribuidora de Roraima é cobrada por não pagar pela energia contratada do pool de geradores do sistema interligado. Só que ela jamais recebeu a energia, e não a recebeu porque continua isolada. E permanece isolada porque o Estado, via seus múltiplos tentáculos, ainda não autorizou a construção da linha de transmissão, um atraso de 3 anos.

O zigue-zague dos elétrons, pelo visto, nocauteou os neurônios governamentais, deixando-os alucinados, o que preocupa. Os desafios são inéditos, e não me parece que o desacreditado algoritmo de otimização hoje utilizado tenha alguma serventia em um cenário inaudito, em que sobra é sinônimo de escassez. Tomara que as boas ideias (de livre concorrência) do novo mercado do gás ajudem a organizar o setor elétrico.

Edvaldo Santana é doutor em engenharia de produção, ex-diretor da Aneel e vice-presidente da Electra Energy

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: Distribuidoras temem mudança de regras no gás de cozinha

As empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de cozinha, avaliam que mudanças de regras propostas pelo governo podem

criar obstáculos para o segmento e trazer impacto negativo para o consumidor. As duas alterações mais polêmicas dizem respeito à venda fracionada de gás e ao fim do uso de marcas de botijões. "Além do risco de quebrar as distribuidoras, traz muito mais risco de acidente e não trará redução de preço", resume Pedro Turqueto, diretor de gestão da Copagaz.

Distribuidoras têm se munido de pesquisas de consultorias sobre o impacto das mudanças e os executivos das empresas estão entre idas e vindas a Brasília para conversar com deputados e com membros dos ministérios da Economia e de **Minas e Energia**. Em um relatório, a consultoria GO Associados definiu as mudanças como um equívoco, a LCA Consultores as considera preocupantes, uma avaliação semelhante à do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

As possíveis alterações foram discutidas em um estudo, neste mês, da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap), ligada à pasta de Economia, e são objeto de consulta de mercado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e debatidas em um comitê da pasta de Energia. Um dos entusiastas das mudanças é o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, e a Secap se manifestou como favorável às mudanças, como ponto de partida para abertura do mercado a mais agentes e mais competição.

O governo avalia que as famílias mais pobres terão mais acesso ao gás de cozinha se não tiverem que pagar a totalidade do botijão. Cada unidade contém 13 quilos e, conforme a proposta, o consumidor poderia preencher com dois ou cinco quilos, por exemplo, conforme sua condição financeira. Já no caso das marcas, hoje os botijões pertencem às companhias distribuidoras e elas são responsáveis por eles. Na primeira venda, parte do custo é subsidiado pela distribuidora às suas vendas, e o consumidor paga a diferença e o custo da unidade cheia, cerca de R\$ 70, em média. Quando o botijão fica vazio, o consumidor pode trocar por outro de outra marca sem o custo adicional do vasilhame.

A diferença é que essa outra marca não pode encher o mesmo recipiente, a menos que haja um contrato entre as empresas - ela entrega um cheio da sua marca e retira de casa o da concorrente, que volta à origem. Isso é feito pelas próprias empresas, para que cada uma seja responsável pelos seus botijões. O governo quer mudar esse ciclo.

"São 17 deslocamentos entre refinaria, distribuidora, revenda, residência, centro de destroca, que podem ter um outro modelo em que um caminhão adaptado leva o GLP até o local de abastecimento ou em que há estações de gás em que o consumidor possa fazer isso", diz Edie Andreeto, assessor técnico da Coordenação Geral de Petróleo e Gás Natural, do Ministério da Economia.

Segundo ele, as mudanças discutidas visam também aumentar a energia final consumida, ao encurtar o circuito de gás.

"A quebra de marca vai trazer prejuízo para o consumidor. É ela que permite rastrear a responsabilidade por qualquer sinistro do botijão, que faz a empresa prezar pela manutenção e maior segurança do produto e por melhor prestação de serviço", diz Riadi Kadri, presidente da Consigaz.

Esse formato foi estabelecido com a autorregulação na década de 90, o que fez com que as empresas distribuidoras investissem na requalificação e segurança dos botijões e em campanhas, junto com reguladores, para reduzir as revendas clandestinas. Conforme as maiores companhias, são cerca de R\$ 80 milhões a R\$ 100 milhões de investimento por ano, de cada uma delas, para essas funções de requalificação e reposição periódica de vasilhames.

É uma exigência do Corpo de Bombeiros que a identificação de marca resista a explosões, por exemplo, para que a empresa seja responsabilizada. A Ultragaz foi uma das primeiras companhias a trabalhar a questão de marca com o consumidor, com o tal botijão azul. "Nossa percepção é que temos uma regulação moderna, que dá responsabilidade objetiva para as distribuidoras, que fazem investimentos altíssimos em segurança", diz Tabajara Costa, presidente da Ultragaz. "Vemos evolução em algumas propostas, como o fim da diferenciação de preço pelo uso [industrial ou residencial], mas em outras, que dizem respeito a fracionamento e marca, não enxergamos um benefício para a sociedade, em bem-estar, segurança e custo", diz Costa.

No entendimento das empresas e de alguns especialistas, o fracionamento pode trazer aumento de risco, uma vez que pretende pulverizar o abastecimento em mais pontos de apoio, e encarecer o produto, por uma questão de escala. O governo aponta os Estados Unidos como modelo e cita nos estudos as americanas como a U-Haul, que tem uma rede de estações de recarga, a Amerigas e a Suburban Propane. Mas as empresas dizem que, naquele mercado, apenas 4% do mercado é de cilindro, ante 80% no Brasil, e de consumo recreativo - para churrasqueiras, casas de veraneio e embarcações, uma vez que ele obrigatoriamente tem que ser usado fora de casa.

"Os únicos mercados que tem enchimento da forma proposta em maior escala são Gana, Nigéria e Paraguai", diz Turqueto. "Como o consumidor de baixa renda vai carregar esse botijão até uma estação de abastecimento?", complementa, ressaltando que o recipiente vazio pesa 15 quilos.

O assessor econômico avalia que as mudanças de fornecimentos não elevariam risco. "O abastecimento no granel por caminhões já acontece em centrais

comuns em condomínios e restaurantes, por exemplo. Só necessitaria de adaptações no vasilhames para o consumidor que optar por isso", diz Andreeto.

A Secap também cita que a oferta de botijões de outros tamanhos, que não o padrão de 13 quilos de gás, ajudaria em preço e logística - e nesse deslocamento no granel. "Se o consumidor quer menos gás, as empresas já têm na prateleira hoje botijões de 5kg ou 8kg que, diga-se de passagem, não tem grande procura", diz Kadri. A LCA aponta que cerca de 35% das trocas de botijão é feita com mudança de marca, o que indica que o consumidor não se sente amarrado à marca.

Para solucionar a questão da distribuição pulverizada e para que isso não se reflita em custo, o Ministério da Economia quer um estudo sobre a criação da figura do Trocador Independente de Botijões, intermediário que atuaria com regulação do governo e com remuneração fixa para encher botijões de diferentes marcas.

"Com abastecimento pulverizado, o governo teria que aumentar a fiscalização para garantir questões de segurança e que não haja fraude no abastecimento", diz Cláudia Vieira, diretora da LCA. Isso poderia ser uma balança fraudada, por exemplo. Para Andreeto, é possível reduzir custos fiscalizatórios e manter rastreabilidade com novas tecnologias, por aplicativos e mesmo usando blockchains.

Um estudo do Sindigás aponta que há risco também quando há sobre-enchimento, que pode levar a explosão. "O governo não sinalizou meio de garantir rastreabilidade, o que tira o incentivo de manutenção", diz Cláudia.

O presidente da Consigaz aponta que a competição já é acirrada a ponto de levar a margens negativas em algumas regiões. "O botijão custa 7% do salário mínimo e já foi 13%, o que mostra que o aumento de segurança não adicionou custo extra para o consumidor. Há competição nesse mercado, não só entre as 19 distribuidoras como entre mais de 60 mil revendedores credenciados, e isso com redução de acidentes", complementa outro distribuidor que prefere não ser citado. "Se a questão é preço, a discussão deveria ser sobre o preço da molécula e sobre a carga tributária. Não vejo como as propostas atuais proporcionariam queda de preço e discordo do diagnóstico de que falta rivalidade", diz Cláudia.

O Inmetro diz que, em princípio, tem preocupações em relação às garantias de segurança do envase e do botijão. "Até então, quando o botijão de 13 kg é recarregado, o envase é realizado em área classificada, em procedimento de total segurança, longe dos consumidores. Em relação ao botijão, o modelo comercializado tem um bocal não conforme ao preenchimento fracionado - ou

o bocal teria que ser modificado ou o modelo do botijão atual ser trocado", informou a autarquia em nota ao **Valor**. O órgão disse ainda que "também se preocupa com a complexidade do controle metrológico legal da quantidade do GLP envasado".

O governo esclarece que não se trata de uma avaliação que o modelo atual não funciona e que a discussão, ainda em curso, é sobre formatos que possam conviver no mercado. "O que tem mapeado pela ANP é que o modelo atual é eficiente. O que queremos é a abertura de novos modelos de negócios, uma pluralidade de arranjos, e que o consumidor escolha o formato que prefere para acessar o produto", diz Andreeto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Importar GN é opção estudada pela Shell

De olho na abertura da indústria brasileira de gás natural, a Shell vê espaço para importar moléculas de países vizinhos para atender o mercado nacional e, assim, se consolidar como um grande fornecedor de gás no país. O presidente da companhia no Brasil, André Araujo, disse que a empresa pode não só vender o gás produzido por ela no pré-sal, como também tem "interesse em aproveitar as oportunidades" do gás produzido na Bolívia e, no futuro, até mesmo da Argentina.

Esta semana, a Shell avançou para a terceira fase da chamada pública coordenada pelas distribuidoras de gás canalizado do Centro-Sul e entrou para a fase de negociações finais diretas com as concessionárias MSGás (MS), Gas Brasileiro (SP), Compagas (PR), SCGás (SC) e Sulgás (RS). A petroleira competirá com a Petrobras, a francesa Total, a boliviana YPFB, entre outros três produtores, por contratos de fornecimento de gás para a partir de 2020, por meio do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol).

"Estamos olhando todas as opções. A Shell é um grande 'player' mundial em gás e tem interesse em aproveitar as oportunidades. Isso serve para gás oriundo da Bolívia. E eventualmente, futuramente, da Argentina, do nosso próprio gás do Brasil ou GNL [gás natural liquefeito]", disse Araujo após participar do Seminário de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo.

No fim do ano passado, a Shell assinou memorando de entendimentos com a YPFB para importar 4 milhões de metros cúbicos diários de gás até 2022 e 10 milhões de m³ /dia a partir dessa data. A empresa acredita que tem chance de celebrar contratos com as distribuidoras de gás do Brasil.

Sócia da Petrobras nos principais campos do pré-sal, a Shell produz, hoje, 12,5 milhões de metros cúbicos diários de gás natural no Brasil, o equivalente a 11% da produção nacional. A empresa tem buscado algumas alternativas de monetização para esse gás.

Em fevereiro, a empresa anunciou a estreia no setor de energia, no Brasil, ao entrar com fatia de 29,9% no consórcio responsável pela construção da termelétrica a gás de Marlim Azul (565 MW), em Macaé (RJ), ao lado de Pátria Investimentos e Mitsubishi. A unidade consumirá gás da Shell do pré-sal.

A companhia vive momento de expansão das atividades no Brasil para além do setor de petróleo e biocombustíveis e tem interesse em fortalecer a posição nos setores de energia elétrica e gás natural.

Na área de óleo e gás, Araujo disse que a Shell olha para oportunidades nos três leilões da ANP neste ano. Na semana passada, notificou a descoberta de indícios de hidrocarbonetos em Sul do Gato do Mato, no pré-sal da Bacia de Santos. O bloco foi arrematado na 2ª rodada de partilha, em 2017, em parceria com a Total (20%). Araujo disse que é cedo para estimar tamanho e relevância da descoberta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras disputará leilão de energia nova com gás natural

A Petrobras estuda participar do próximo leilão de contratação de energia nova, seja como geradora com projetos termelétricos ou como fornecedora de gás natural para usinas. Marcado para 17 de outubro, o leilão será do tipo A-6, que negociará contrato de energia de novos empreendimentos com início de fornecimento em seis anos (2025).

"Olhamos sim [o leilão A-6], seja através de termelétricas, seja através de fornecedor de gás", afirmou ontem a diretora de Refino e Gás da companhia, Anelise Lara, após participar de seminário sobre gás natural promovido pelo

Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), no Rio. Ela disse que existe a possibilidade de formar parcerias para o certame.

Anelise contou que a Petrobras pretende vender 15 de suas 26 termelétricas no país. Segundo ela, a medida faz parte da gestão de portfólio da empresa. "Hoje a Petrobras tem 26 termelétricas. Nossa intenção é vender 15 delas." "Nós vamos ficar com as térmicas que fazem mais sentido no nosso portfólio. O processo de venda de termelétricas, explicou a diretora, deve ocorrer a partir de 2020.

Questionada sobre risco de desabastecimento de gás natural no país a partir do próximo ano, já que a Petrobras não deverá garantir a totalidade da importação de gás natural da Bolívia, a executiva não acredita nessa possibilidade.

"Não acredito [em desabastecimento]. E vamos trabalhar para evitar isso. Foi colocado pelo CNPE [Conselho Nacional de Política Energética] que a Petrobras passa a ser o fornecedor final se tiver problema no sistema, mas para isso temos que estar preparados. E estar preparado, essa flexibilidade custa. Esse gás que vai ficar disponível em qualquer momento, em caso de uma dificuldade do sistema é como o mercado spot [à vista] de energia, ele é mais caro", completou Anelise.

Presente ao evento, **o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, disse acreditar que o leilão A-6 deve negociar ao menos uma usina termelétrica a gás. "[A expectativa é que] Saia alguma térmica de grande porte no A-6. Mas vamos ver como vai ser a competição", disse.

Segundo ele, projetos de ampliação de usinas existentes ou localizados em Estados que já revisaram suas regras para tornar mais atrativo o mercado livre de gás tendem a ser competitivos.

"Onde já existe uma térmica com capacidade adicional, talvez haja preços mais competitivos", afirmou o secretário. "[Sobre os Estados que estão regulamentando o mercado livre de gás] é uma coisa que está em curso. Vai afetar [os resultados do leilão], mas não dá para prever".

O diretor e professor da FGV e ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, que tem atuado como consultor do governo para o processo de abertura do mercado de gás natural do país, afirmou que o resultado do leilão será um indicador para o preço do gás natural para as indústrias no futuro.

"O resultado desse leilão vai ser uma 'proxy' do preço do gás natural para o grande consumidor", disse. "Temos semelhança com essa nova figura do novo consumidor efetivo. Esse preço do gás natural de termelétrica de base é uma

excelente 'proxy'. Vamos ter uma ideia, tanto para o lado da oferta, quanto para o lado da demanda. Um teste importante e definitivo do choque de competitividade".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Novos donos da TAG vão investir R\$ 1 bi em cinco anos

Após conclusão da venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), para a Engie e o fundo canadense CDPQ, os novos controladores da companhia se preparam para um ciclo de investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão em cinco anos na sua malha de gasodutos. Segundo o diretor-presidente da TAG, Gustavo Labanca, o foco dos aportes será na manutenção da infraestrutura.

"Como a empresa ficou praticamente dois anos em processo de venda, tem uma série de investimentos que são necessários para garantir a segurança da malha, a integridade. Identificamos, durante o processo de due diligence [da aquisição da TAG] alguns investimentos necessários. Já estamos nos preparando para fazer. E também estamos fazendo uma análise mais minuciosa da malha para ver onde temos que priorizar", disse o executivo, a jornalistas, após participar do Seminário de Gás Natural, do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).

O diretor de operações da TAG, Emmanuel Delfosse, disse que o plano de investimentos ainda está em fase de elaboração e será previamente apresentado à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). "Temos todo um rito regulatório com a ANP a ser aprovado. Nosso negócio é uma tarifa regulada. Todo esse investimento vai compor a tarifa e o regulador tem que ser ouvido", afirmou.

Segundo Delfosse, os investimentos em expansão da malha, propriamente dita, ainda dependem do comportamento da demanda, mas que, se no futuro for confirmado o interesse do mercado por uma expansão dos gasodutos, a TAG terá "todo o prazer de fazer novos investimentos".

Labanca comentou também sobre o interesse dos novos acionistas da empresa nos 10% remanescentes da Petrobras na TAG e afirmou que os novos controladores têm, "obviamente", interesse no negócio. Após vender 90% da TAG, por R\$ 33,5 bilhões, a estatal brasileira assumiu um compromisso com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para saída integral do transporte e distribuição de gás.

Segundo Labanca, ainda não existem conversas formais sobre o negócio, porque a petroleira estatal ainda não abriu oficialmente o processo de desinvestimento de seus 10% na TAG.

"Obviamente, quem tem 90% de participação tem interesse na compra dos 10% remanescentes. Vamos olhar com todo o cuidado. É decisão dos acionistas", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: ArcelorMittal traz ao Brasil a venda customizada

Dentro da estratégia de mudar o foco de atuação no Brasil, a ArcelorMittal trouxe para o país um serviço customizado já adotado na Europa destinado ao setor de construção. A siderúrgica passa a acompanhar o cliente desde o projeto até a finalização da obra. Desde outubro do ano passado a companhia opera o serviço na Europa, chamado de Steligence. Segundo o responsável pela nova divisão, Olivier Vassart, de janeiro a junho deste ano, 8 milhões de metros quadrados já foram construídos de acordo com a metodologia.

"Otimiza a obra e reduz de 15% a 20% o custo do aço e o tempo da construção é bem menor do que o método tradicional. No primeiro semestre, foram vendidos 232 mil toneladas de aço por essa divisão e a nossa meta é dobrar a oferta dessa solução no curto prazo", afirmou, ao **Valor**, Vassart.

O executivo acrescentou que o volume de consultas para novos projetos tem aumentado. "Falamos a mesma língua dos engenheiros. Não vendemos somente o aço, vendemos um serviço customizado para cada projeto."

O Brasil é a segunda operação da Arcelor a oferecer a solução e, de acordo com o vice-presidente comercial para aços longos, Henrique Morais de Almeida, a companhia testou a receptividade da solução no país no ano passado e foram construídas 12 passarelas em rodovias nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. "Nesses projetos, conseguimos reduzir o tempo da obra em cerca de uma semana. Além disso, o custo da obra foi menor em 20%", disse Almeida.

Segundo ele, a ArcelorMittal tem mais oito projetos desse tipo em cotação e três já foram aprovados. "Faz todo sentido a nova metodologia e por isso acreditamos que a divisão tem potencial grande de crescimento. Mas, é uma fase de transição. Ainda teremos a distribuição, o varejo."

Segundo Vassart, para avaliar o ciclo de vida de um empreendimento, foram desenvolvidos critérios a partir de três perspectivas principais: social, econômica e ambiental. No primeiro âmbito, são considerados critérios de segurança e o bem-estar humano.

Já fatores como custos, velocidade e qualidade da construção entram como prioridades do pilar econômico; na perspectiva ambiental, são priorizadas questões como pegada ecológica, consumo energético e emissões nocivas. "A construção civil é responsável por 40% a 45% das emissões de gases no mundo, por isso, temos que avaliar a questão do meio ambiente na concepção de um empreendimento. Usando o novo conceito, pode-se reduzir o impacto ambiental em 15% a 20%. Temos tecnologia para isso."

No Brasil, a construção civil é o setor que mais consome aço, responsável por 34,1% do consumo aparente (vendas internas, importação de aço mais o aço contido em produtos importados). O segundo lugar fica com a indústria automotiva, com 22,1%. E em terceiro, bens de capital, com 20,9%.

Nos negócios da ArcelorMittal, essa importância é ainda maior, porque dentro do grupo aços longos tem um peso preponderante. Para se ter uma ideia, 50% das vendas de aços longos são para a construção civil. No ano passado, a receita líquida no Brasil foi de R\$ 31,2 bilhões e o lucro líquido de R\$ 5,1 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/08/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Biosev encerrou 1º trimestre da safra com prejuízo menor

A Biosev, controlada pela trading Louis Dreyfus Company (LDC), encerrou o primeiro trimestre da safra 2019/20 ainda com prejuízo, mas menor que o registrado um ano atrás. As perdas foram minimizadas por cortes de custos e de despesas.

O prejuízo líquido ficou em R\$ 168,9 milhões, redução de 67% ante o mesmo trimestre da safra passada, também como reflexo do impacto da queda do dólar sobre as despesas financeiras.

A estratégia de estocar açúcar e, principalmente, etanol para vender no restante da safra reduziu o faturamento. A receita líquida caiu 10,3%, para R\$ 1,7 bilhão. A maior parte veio do etanol (R\$ 704,3 milhões), que cresceu por causa dos melhores preços.

Dentro da estratégia de etanol, a companhia tem ainda aumentado o espaço de produção e vendas de etanol anidro (misturado à gasolina e vendido através de contratos fechados no início da safra). No trimestre, o anidro respondeu por 40% das vendas de etanol, ante 24,7% um ano atrás.

Segundo Dorothea Soule, diretora comercial, de originação e suprimentos da Biosev, a companhia melhorou a eficiência de produção em suas plantas, o que reduziu o custo de produção do anidro, que já é vendido a preços cerca de 10% a 12% maiores que o hidratado.

Essa aposta, explicou, aumenta a margem Ebitda e garante uma fonte de receita mais estável ao longo do ano, já que as vendas são feitas nos mesmos volumes todo mês.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), desconsiderando as novas regras de contabilização de arrendamentos (que não entram mais como amortização) cresceu 13%, para R\$ 291,9 milhões, e a margem Ebitda subiu 3,5 pontos, para 17%. Esse resultado também segue crescendo com a continuidade dos cortes de custo e de despesas, ressaltou Juan Blanchard, CEO da Biosev.

A conclusão da venda da Usina Estiva, em Arez (RN), anunciada em setembro do ano passado, deve ocorrer "nos próximos meses", segundo Gustavo Theodozio, diretor financeiro da companhia. Ele negou que a companhia esteja com mais vendas de usinas à vista ou que existam mandatos assinados para a venda de mais unidades.

A Biosev também avançou na fixação de preços de açúcar não só para a safra atual como para a próxima, avaliando que os subsídios indianos ainda limitarão altas do preço internacional.

No fim de junho, a companhia já havia fixado 62,4% do açúcar a ser exportado na próxima safra, ou 390 mil toneladas - 218 mil toneladas fixadas em três meses -, a um preço médio de 60,19 centavos de reais por libra-peso. Para a safra atual, 86,1% do açúcar já foi fixado a um preço médio de 58,16 centavos de reais a libra-peso.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/08/2019****Seção: Legislação e Tributos****Autor:****Título: Destaques**

Conta de luz

O juiz federal Tiago Bitencourt de David, da 13ª Vara Cível Federal de São Paulo, julgou improcedente ação movida pelos shoppings Iguatemi, Market Place e Pátio Higienópolis contra a cobrança da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) em suas contas de energia elétrica. Na ação (nº 5023 084-26.2018.4.03.6100), os autores alegaram que a CDE foi instituída pela Lei nº 10.438, de 2002, em razão da crise energética que levou ao racionamento nos anos 2001 e 2002, e que posteriormente houve um incremento das finalidades para os quais os valores foram arrecadados, extrapolando a motivação inicial e desbordando dos limites legais. Pediram a invalidade da referida cobrança e que as rés (União, Aneel e Eletrobras) restituíssem, solidariamente, os valores cobrados indevidamente. Em sua decisão, Tiago Bitencourt de David reconhece que houve inadequada interferência na formação do preço público e que, além disso, o uso da verba recolhida sofreu destinação irregular. Todavia, acrescentou, isso tudo não impõe, por si só, motivos para o acolhimento da demanda. "A intervenção judiciária no tema ensejaria mais prejuízos do que benefícios à equalização do problema, devendo ser prestigiada uma solução político-administrativa ampla para resolver o impasse", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Fernando Exman e Lu Aiko Otta | De Brasília****Título: Guedes vê avanços, mas diz não estar feliz com reforma da Previdência**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou a empresários que as medidas do governo podem gerar crescimento de 3% ou 4% por ano nos próximos oito anos. Mas reconheceu não estar feliz ainda com a reforma da Previdência, pois não chegou ao objetivo final, que é a instituição do sistema de capitalização. Sem a reforma completa, segundo ele, o governo não consegue gerar empregos "aos milhões" nem acumular capital.

"Esses dois itens estão faltando", disse em reunião com empresários e entidades que foram à Câmara pressionar pela aprovação da Medida Provisória 881, da Liberdade Econômica. A afirmação foi feita numa reunião fechada à imprensa, mas o **Valor** teve acesso à fala do ministro.

"Demos um passo inicial na Previdência, mas está todo mundo feliz", comentou. "Nós não estamos ainda."

As mudanças aprovadas na Câmara, agora sob análise do Senado, são suficientes apenas para "consertar ou pelo menos dar fôlego para essa Previdência antiga". Segundo ele, ficou faltando a capitalização: "Que é o objetivo final nosso para colocar o Brasil para crescer".

A MP 881 destrava a economia, na visão de Guedes. "A curto e médio prazos temos um espaço grande de atuação que pode criar um crescimento de 3% e 4% ao ano por três, quatro, cinco, seis, sete, oito anos seguidos, se tivermos sucesso nesse destravamento da economia", estimou. Sua equipe calculou que, em dez anos, a medida pode elevar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 7% e gerar 3,7 milhões de empregos.

Ontem, a Câmara se preparava para concluir a votação dos destaques à MP, enquanto Guedes se reunia com esses interlocutores do setor privado. O secretário de Desburocratização do Ministério da Economia, Paulo Uebel, disse esperar que sejam todos rejeitados. Depois, o texto segue para o Senado.

A proposta é composta por três pilares: os direitos fundamentais do empreendedorismo, a coibição de abusos do Estado e a segurança jurídica. Segundo Guedes, desde a campanha o presidente Jair Bolsonaro falava em "tirar o Estado do cangote do povo". Ao criticar os excessos do Estado, o ministro voltou a afirmar que há no Brasil 200 milhões de "trouxas" sendo abastecidos por "quatro de tudo": quatro empreiteiros e quatro bancos, por exemplo.

"Tem quatro de tudo aqui no Brasil. O resto é pequenininho e massacrado lá embaixo. Não existe uma classe média empresarial emergente. Ou você é grande o suficiente para se acertar lá em cima, e nós sabemos os acertos das criaturas do pântano com os piratas privados. Ou você é pequenininho e fica embaixo do radar. Se você for médio, é uma situação complicada. É muito complicada a situação do empresário médio", discursou.

Em tom descontraído, ainda comentou que o Brasil está sofrendo com a competição, mas fica criticando as engrenagens. "Na Europa, cada indivíduo já nasce aposentado. Enquanto que o chinês que nasce, eles já pegam o bebê, botam uma tela plana nas costas e jogam no Oceano Pacífico para o garoto vir vender para a gente, o europeu já nasce aposentado. E o americano já nasce comprando e vendendo papel. Se não fosse o Vale do Silício, já tinha afundado também", comentou.

De acordo com o ministro, a longo prazo, o enriquecimento de nações e indivíduos depende de acumulação de capital, além do desenvolvimento de tecnologias e da educação, recursos naturais e uma superestrutura institucional. "Países com muitos recursos naturais, como o Brasil, não conseguem transformar em riqueza esses recursos exatamente porque essa superestrutura institucional é muito ruim. Somos prisioneiros cognitivos de modelos obsoletos", afirmou.

Ele acrescentou que o grande desafio do país é transformar esses recursos naturais em capital humano, conhecimento, educação e tecnologia. E isso só é possível com uma superestrutura conceitual, jurídica política mais sofisticada, que o Brasil não tem. "O Brasil está engatinhando ainda. Você vê a dificuldade que é dar um emprego para alguém, é muito difícil você gerar um emprego."

A MP 881 cria um ambiente melhor para o empreendedorismo, afirmou o ministro. Ele informou que, após alterar "o ecossistema" empresarial, o secretário Paulo Uebel vai agora mergulhar na reforma do Estado.

Mudanças na máquina são um dos itens da agenda do governo. O próximo passo, disse o ministro, é a reforma tributária. Além disso, já está começando o choque de energia barata, com a desregulamentação do mercado do gás. "O Brasil vai ter energia termelétrica bem mais barata", afirmou. Com isso, será possível fazer a "reindustrialização" do país.

Haverá também impacto para as famílias de menor renda. "Vamos atingir as classes mais baixas com um botijão de gás 30%, 40% mais barato", disse. O Novo Mercado do Gás, complementou, rompe dois monopólios da Petrobras: o da exploração e o da distribuição. Outra frente são as privatizações, que o ministro quer acelerar. "Vamos fazer a reforma tributária, vamos fazer privatizações, vamos abrir a economia, vamos simplificar o Estado e desregulamentar", listou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/08/2019****Seção: Economia****Autor: Denise Luna Fernanda Nunes / RIO****Título: Petrobrás quer vender termoeletricas e, ao mesmo tempo, crescer em energia**

Eleticidade. Estatal oferece 15 de suas 26 usinas ao mercado, enquanto anuncia que participará do próximo leilão de energia; segundo a companhia, objetivo é ser fornecedora de sua própria geração ou de gás, que ganhará porte maior com novos competidores

Três anos depois da primeira e frustrada tentativa de vender seu parque termoeletrico, a Petrobrás volta ao mercado. Desta vez, a oferta é menor: serão 15 de suas 26 usinas, e não 21 como foi anunciado em 2016. Ao mesmo tempo, a estatal vai participar do próximo leilão de energia elétrica do governo, previsto para outubro, no qual poderá aumentar novamente sua posição no setor de geração de energia termoeletrica. Agora, num modelo diferente.

"A gente olha essa oportunidade (leilão de energia), mas em parcerias, seja através da geração da termoeletrica, seja como fornecedora de gás", disse Anelise Lara, diretora de refino e gás da Petrobrás, após palestra no Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP).

Já estão cadastrados para o leilão, que vai garantir a entrega de energia elétrica ao mercado em 2025, 52 projetos de termoeletricas a gás natural, com capacidade de 41.718 megawatts. A Petrobrás tem capacidade de geração térmica de 6,14 mil megawatts, em estados brasileiros. Procurada, a estatal disse que mais detalhes serão fornecidos em comunicado ao mercado. A venda das termoeletricas acontecerá a partir de 2020.

Segundo Anelise, o mercado de gás natural no Brasil vai crescer de forma mais expressiva entre 2023 e 2025, quando está prevista a entrada de projetos de gás do pré-sal na bacia de Santos. Para chegar ao consumidor, essa produção terá de contar com investimentos em logística. "Hoje, compramos gás de parceiros porque não há como ter outros carregadores no processo, por isso a necessidade de revisão de modelo (do mercado de gás), de entrada e saída (de gás dos gasodutos), e do sistema tributário, para que outros atores possam entrar e comercializar o próprio gás", disse.

Apagão. O parque termoeletrico da estatal começou a ser construído em 2000, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, para tentar minimizar o racionamento de energia elétrica que viria a seguir, entre julho de 2001 e

fevereiro 2002. Com a volta das chuvas, o governo determinou o desligamento dessas usinas, o que causou prejuízos à estatal.

Nos últimos anos, porém, com o esvaziamento dos reservatórios das hidrelétricas, devido a períodos de secas, as termoeletricas têm operado com mais frequência e devem ser ainda mais requisitadas à medida que aumenta a geração de parques eólicos e solares no País.

Como a geração eólica e solar é variável, ou seja, depende da presença de sol e vento para funcionar, o Sistema Interligado Nacional (SIN) precisa da chamada geração de base para dar segurança ao abastecimento de energia. Antes, esse papel era cumprido apenas pelas hidrelétricas. Porém, com a frequência maior de secas trazida pelas mudanças climáticas, as termoeletricas passaram a ter um papel mais relevante para a estabilidade do sistema.

Em fevereiro de 2016, sob a gestão do então presidente Aldemir Bendine, hoje preso pela Operação Lava Jato, a Petrobrás anunciou que pretendia vender 21 usinas térmicas, gasodutos e terminais de regaseificação, negócios que não foram para frente por entraves regulatórios. Estão voltando ao mercado agora com a quebra do monopólio da Petrobrás, no âmbito do programa governamental Novo Mercado de Gás, lançado no mês passado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Zeina Latif

Título: Não alimente o Leviatã

O Brasil está diante de uma riqueza imensa de petróleo da camada do pré-sal a ser explorada nos próximos anos. O especialista Adriano Pires estima uma receita na casa de US\$ 750 bilhões em 15 anos. O ministro Paulo Guedes apontou algo nessa mesma magnitude: entre US\$500 bilhões e US\$ 1 trilhão no mesmo período. A intenção do governo federal é garantir a repartição desses recursos com Estados e municípios.

É crucial evitar que os recursos sejam gastos com despesas correntes. Utilizar uma riqueza finita (um recurso não renovável que já vem sendo paulatinamente substituído por outras fontes de energia mais sustentáveis) com despesas que não geram crescimento econômico futuro é receita para o desastre.

O Estado do Rio de Janeiro é exemplo de fracasso nesse quesito: tem usado há anos os recursos dos Royalties de petróleo para cobrir o rombo na Previdência estadual, em vez de fazer reformas. Exemplos semelhantes não faltam entre

municípios. Muitos tornaram-se mais dependentes desses recursos e não colheram avanços nos indicadores econômicos e sociais.

Segundo a imprensa, o Ministério da Economia pretende enviar uma proposta ao Congresso vedando o uso dos Royalties para o pagamento da folha, devendo ser usados para investimentos e para pagar dívidas com a União e precatórios judiciais. A motivação é clara: a tentativa para usar os Royalties para pagar as despesas crescentes com a folha é elevada.

Na bonança, Estados e municípios elevaram bastante o número de funcionários públicos e promoveram aumento generoso de salários. Com o envelhecimento populacional, os gastos com inativos crescem rapidamente, pressionando os orçamentos públicos. Segundo o Tesouro Nacional, o déficit previdenciário dos Estados atingiu R\$ 101,3 bilhões em 2018. O Brasil deveria seguir a experiência mundial e criar um fundo de estabilização soberano para evitar o mau uso da receita do petróleo. Países vizinhos já o fizeram: o Chile em 1985 e a Colômbia em 2011.

A ideia é poupar a receita da exploração (riqueza explorada que ganha liquidez) e gastar apenas a renda decorrente (rendimento do fundo). Na década passada, houve proposta de criar um fundo soberano com recursos do pré-sal aplicados no exterior, que é o que fazem os demais países. Infelizmente a ideia não prosperou. São várias as motivações para um fundo soberano:

Primeiro, por uma questão de justiça intergeracional. Não é justo as gerações atuais se beneficiarem de uma riqueza natural que deveria ser de todos.

Segundo, para evitar que os gastos públicos tenham caráter pro-cíclico, conforme a oscilação de preços do recurso natural, com repercussões sobre o equilíbrio fiscal e a oferta de serviços públicos nas fases de baixa na receita. Na mesma linha, para afastar o risco de elevada dependência do orçamento público no recurso não renovável.

Terceiro, para preservar um ambiente macroeconômico estável, afastando o risco de excessos e bolhas nos mercados. Vale pontuar que a economia brasileira já é bastante sensível ao ciclo de preços de commodities. A desaceleração mundial em curso e seu impacto no Brasil servem de alerta.

Quarto, para afastar a chamada doença holandesa, que traz dificuldades para os demais setores, particularmente os mais sensíveis à concorrência externa. O termo se refere ao efeito da descoberta de gás natural na Holanda na década de 1960 e da escalada posterior de seu preço sobre o influxo de recursos externos e a cotação do florim, cujo fortalecimento contribuiu para a desindustrialização daquele país.

Finalmente, seria desejável reduzir a dívida pública para níveis mais próximos dos registrados em países parecidos, visando à reconquista do grau de investimento. Em tempos de grave crise fiscal e da constante tentação para a busca de atalhos e artifícios que aliviem as contas públicas, como agora na discussão do "Pacto Federativo", convém evitar promessas de recursos sem estabelecer contrapartidas ou regras para os gastos. O Leviatã é perigoso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Ricardo Galhardo

Título: Suplente do PSL nega irregularidades em reuniões no Paraguai

Alexandre Giordano contesta que tenha feito três viagens para participar de reuniões no país vizinho

O suplente do senador Major Olimpio (PSL-SP), Alexandre Giordano, afirmou ontem por meio de nota que esteve duas vezes no Paraguai, na condição de empresário, para tratar da comercialização da energia de Itaipu. Giordano nega, no entanto, que tenha feito uma terceira viagem, conforme mostram registros de entrada no país vizinho divulgados na terça-feira.

Segundo a nota, Giordano esteve em Assunção para um almoço de negócios no dia 9 de abril, no qual foi revelado que a estatal paraguaia Administração Nacional de Energia (Ande) estaria interessada em vender energia a empresas estrangeiras. "Nesse almoço, foi divulgado que a Ande estaria interessada em comercializar energia com empresas estrangeiras e seria realizada uma reunião na estatal, com seus representantes para apresentação de um plano de comercialização de energia elétrica do Paraguai, sendo informado também que empresas argentinas e coreanas já haviam demonstrado interesse no negócio", diz a nota.

O texto não diz quem mais participou do almoço, ocorrido mais de um mês antes de os governos do Brasil e Paraguai firmarem um acordo que repactuava a divisão de energia de Itaipu. O acordo foi cancelado depois que o caso veio à tona, no início deste mês.

Giordano diz que voltou ao país vizinho em 9 de maio, desta vez a Ciudad del Este, para uma reunião agendada pela Ande, da qual teriam participado Adriano Rosa, representante da Léros, empresa brasileira interessada na comercialização de energia paraguaia, e o então presidente da Ande, Pedro Ferreira.

Ferreira renunciou ao cargo alegando discordâncias com os termos do acordo e entregou ao Ministério Público trocas de mensagens com o presidente, Mario Abdo Benítez, e o vice-presidente do Paraguai, Hugo Velázquez, além do advogado José "Joselo" Rodríguez, que se apresentava como assessor jurídico da vice-presidência e dizia que a Léros e Giordano representavam "o governo brasileiro" e a "família presidencial".

"A reunião durou cerca de 15 minutos, sendo bem objetiva e técnica, por fim o presidente da Ande informou que poderia comercializar energia com empresas brasileiras, baseando-se na cláusula XIV do Tratado de 1973, bem como pelas revisões realizadas em 2009 ", diz a nota.

No texto, Giordano diz que em nenhum momento se apresentou como suplente de senador e nega que tenha ido a Assunção no dia 25 de junho, conforme mostram registros de voo obtidos pelo jornal paraguaio ABC Color em colaboração com o Estado. Ele diz que desistiu do negócio depois que a Ande publicou as condições para a comercialização, em 22 de junho, e viajou para Paris em 23 de junho. Na terça-feira, Giordano foi procurado duas vezes pela reportagem, mas se recusou a falar sobre as viagens.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Declodt e Fernanda Guimarães

Título: » Todo gás.

Coluna do Broadcast

A companhia de Energia Eneva estrutura captação de debêntures de infraestrutura de mais de R\$ 1 bilhão para financiar seu projeto de gás natural. Essa será a segunda emissão de debêntures incentivadas do governo federal neste ano no setor de gás. A primeira foi da Comgás no mês passado. A Eneva vai desenvolver em Roraima o projeto termoelétrico Jaguatirica II, de 132,3 MW, movido a gás natural.

» De olho. Procurada, a Eneva afirma que sempre acompanha o mercado de debêntures, mas que no momento não há qualquer aprovação do conselho de administração para nova operação de dívida.

COM CIRCE BONATELLI

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 15/08/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Petrobras quer vender 15 das 26 termelétricas**

Decisão é parte do plano de desinvestimentos da empresa, que avalia criar uma subsidiária de geração de energia

A Petrobras planeja vender 15 de suas 26 térmicas, em processo que deve começar a partir de 2020, como parte do programa de desinvestimentos e gestão de ativos, disse nesta quarta-feira (14) a diretora-executiva de Refino e Gás Natural da estatal, Anelise Lara, no Rio de Janeiro.

A escolha das 15 térmicas foi resultado de análise do portfólio da empresa, disse a executiva, ao participar de seminário sobre gás natural do IBP (Instituto Brasileiro do Petróleo).

Em entrevista a jornalistas, ela disse também que a Petrobras pode participar do leilão A-6 de projetos de geração de energia elétrica, previsto para 17 de outubro, com entrega de energia em 2025.

"Olhamos sim [o A-6], pode ser em parcerias [com outras companhias]", disse a executiva, explicando que a empresa poderá participar também como fornecedora de gás natural para projetos.

Os comentários de Lara ecoaram recentes notícias de que a Petrobras avalia criar uma subsidiária de geração de energia com seus ativos termelétricos e vender a unidade em uma oferta inicial de ações, conforme apontado em relatório de analistas da XP Investimentos, que tiveram conversa com executivos da petroleira na semana passada.

A companhia estatal opera um parque de termelétricas que somam capacidade instalada de mais de 6.000 megawatts, o que a coloca entre os maiores geradores de energia do Brasil, segundo o site da empresa.

Enquanto a Petrobras planeja reduzir sua participação no mercado de energia elétrica, outras gigantes do petróleo estão ampliando a presença em ativos do setor, como a anglo-holandesa Shell, grande parceira da estatal brasileira nos campos do pré-sal.

Também presente no evento, o presidente da Shell no Brasil, André Araújo, ressaltou a estratégia da empresa de olhar projetos de energia elétrica em todo

o mundo e disse que poderá avaliar as térmicas da Petrobras quando forem colocadas à venda.

"Mercado de eletricidade é estratégico para a Shell agora, considerando a necessidade de eletrificação no mundo. Essa é uma tendência e a Shell vai procurar sem dúvida um espaço nesse setor", afirmou Araújo.

O executivo também disse que estão avaliando participação no A-6, com "um time dedicado", mas ressaltou que ainda não há definição sobre a presença no certame.

A Shell anunciou em fevereiro um acordo para ter 29,9% da termelétrica Marlim Azul, que será construída no Rio e ainda tem como sócios Mitsubishi Hitachi Power Systems e Pátria Investimentos.

A executiva da Petrobras disse que a produção de gás natural do Brasil tende a crescer nos próximos anos, em particular entre 2023 e 2025, com a entrada de novos projetos na bacia de Santos.

Lara, que não citou números de crescimento da produção, afirmou que há desafios importantes no abastecimento do mercado e para a abertura do setor, conforme planeja o governo.

De acordo com ela, a petroleira tem trabalhado com o governo e outros agentes para permitir a quebra de monopólios, com a entrada de novos atores, em busca de mais competição e investimentos.

"Para que esse gás possa chegar ao consumidor, são importantes também novos investimentos em infraestrutura, e isso nós vamos fazer em conjunto com os parceiros, que são os demais carregadores desse gás", afirmou a diretora-executiva de Refino.

Atualmente, a Petrobras compra o gás natural dos parceiros, porque a regulação não permite a entrada de outros carregadores. O governo e a agência reguladora ANP trabalham para revisar esse modelo e permitir a entrada de novos agentes.

"A Petrobras também está se comprometendo a dar acesso a demais carregadores em sua infraestrutura de processamento de gás", disse Lara, destacando que dessa forma, gigantes como Shell, Galp e Exxon poderão comercializar no país gás produzido em campos brasileiros.

VEÍCULO: O Globo**Data: 15/08/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Para zerar o jogo**

A turma do governo que desenha o novo mercado de gás ficaria feliz da vida se a japonesa Mitsui se retirasse da Gaspetro, a empresa que tem participação acionária em 19 companhias de distribuição de gás natural. Como a Petrobras vai vender sua parte (51%), o ideal, nesta visão, era bom que a Mitsui (que tem os 49 % restantes) seguisse o mesmo caminho.

MME / ASCOM .